

mercado



Hidrelétrica de Furnas, em São José da Barra (MG), cujo reservatório tinha, no domingo (12), 15,62% da capacidade Washington Alves - 7.set.21/Reuters

Governo já trabalha com risco de 'sufoco' energético também em 2022

Expectativa justificaria contratação emergencial de usinas termelétricas para os próximos anos

Nicola Pamplona

JANAÚBA (MG) A decisão de contratar térmicas emergenciais para reforçar o setor elétrico em 2022, anunciada na quinta (11), foi baseada em estudo que indica risco de crise energética também no próximo período seco, que se inicia no outono do ano que vem. Avaliação da ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) considera que o país iniciará o ano com os reservatórios em níveis bem piores do que no início de 2021 e que a ocorrência do fenômeno La Niña manteria o baixo volume de chuvas.

Os detalhes ainda não foram divulgados, mas, segundo o diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciochi, a conclusão é que, nesse cenário, a entrada de novos projetos de geração previstos pode não ser suficiente para garantir alguma folga no sistema no período seco do próximo ano.

"Para não ficar no sufoco e ter alguma chance de recu-

parar os reservatórios precisamos contratar mais geração", disse ele à Folha no sábado (11), em viagem de comitiva do governo para cerimônia de início das operações de linha de transmissão que amplia a capacidade de exportação de energia do Nordeste.

A contratação emergencial foi sugerida pelo CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) na semana passada e aprovada pela Creg (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética) na quinta, movimento que preocupa o mercado pelo potencial de pressão sobre a conta de luz. "A geração de energia cai na conta do consumidor. Evidentemente, a geração de energia é para os consumidores", afirmou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, quando questionado sobre os custos das térmicas, em entrevista após a cerimônia em Janaúba (MG).

Ele defendeu, porém, a opção do governo por contratos mais longos para garantir previsibilidade aos inves-

tidores, que poderiam negociar melhores preços de combustíveis e oferecer energia mais competitiva nos contratos emergenciais.

"Vamos fazer contratos de cinco anos e isso vai proporcionar baixar o custo dessa energia", disse. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) elabora o edital de um leilão para contratar as térmicas.

Como a geração deve ser iniciada já em abril, o leilão será disputado por projetos prontos e hoje sem contratos. São usinas que o governo já vem acionando no esforço para reduzir o risco de racionamento até o início das chuvas.

Uma delas é a térmica William Arjona, localizada em Mato Grosso do Sul, a mais cara do país, com tarifa de R\$ 2.443 por MWh (megawatt-hora). O intenso uso dessas usinas levou à criação de uma taxa de escassez hídrica sobre a conta de luz, com a cobrança de R\$ 14,20 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

O MME e o ONS dizem que a contratação das térmicas

por prazos maiores vai garantir também a recuperação mais acelerada dos reservatórios das hidrelétricas para níveis mais confiáveis nos próximos anos.

"Teremos que reencher nossos reservatórios e como isso vai ser feito? Não só com as chuvas, mas também com a utilização de outras fontes energéticas, como eólica, solar, biomassa e com térmicas", disse o ministro.

Ele voltou a afirmar que as medidas já tomadas pelo governo evitam o risco de apagões em 2021 e rebateu críticas ao ritmo de reação à crise. "Quem diz que demoramos não entende do setor elétrico, que há 20 anos não constrói hidrelétricas com reservatório", rebateu.

Segundo Albuquerque, ações emergenciais vêm sendo adotadas desde outubro, mas não seria viável manter grande geração térmica no início do ano, já que a usina de Belo Monte tem seu pico de geração justamente nesse período.

Apelar a térmicas, diz, seria desperdiçar água da maior usina hidrelétrica 100% brasileira, que não tem reservatório de armazenamento.

No sábado, Albuquerque, Ciochi e o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, visitaram uma subestação em Janaúba que é parte da linha de transmissão de 542 quilômetros que conecta a Bahia a Minas, permitindo um melhor aproveitamento das usinas eólicas e solares do Nordeste.

Pepitone destacou que, com capacidade para transportar 1.600 MW (megawatts), a linha amplia em 25% a capacidade de transferência de energia do Nordeste para o centro-sul. Com ela, é menor a chance de que o ONS tenha que desligar usinas eólicas e solares por falta de capacidade de transporte.

Ainda neste mês, o governo pretende participar da inauguração da térmica GNA 1, no porto do Açú, no litoral norte do Rio, que vai acrescentar outros 1.300 MW ao sistema, em um novo reforço à capa-

cidade de geração da região.

Do lado da demanda, o ONS informou que recebeu da indústria propostas para deslocar o consumo para fora dos horários de pico com um volume total de 237 MW em setembro. Ciochi evitou avaliações sobre o a oferta dizendo que o processo é novo no país e não há bases de comparação.

Também não há ainda avaliações sobre a resposta dos consumidores residenciais ao programa que bonifica a redução voluntária de consumo, já que dados consolidados devem ser apresentados pelas distribuidoras de energia só no fim do mês.

O repórter viajou a convite do MME

Lei facilita inscrição de famílias em plano que reduz tarifa

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro sancionou um projeto de lei que facilita a inscrição de famílias no programa Tarifa Social, o qual concede descontos na conta de luz para a população de baixa renda.

O texto foi aprovado pelo Congresso em 19 de agosto, e a sanção, publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (13).

A nova norma prevê que as famílias de baixa renda sejam cadastradas automaticamente no programa Tarifa Social de Energia Elétrica.

A lei atual determina apenas que essas famílias sejam informadas sobre o seu direito ao desconto.

Em nota, o governo Bolsonaro disse que, atualmente, os "potenciais beneficiários não estariam sendo informados de forma adequada de seu direito ou não estariam sendo capazes de apresentar toda a documentação exigida para a comprovação, sendo excluídos do referido benefício, ainda que enquadrados nos requisitos da referida lei".

"À vista disso, a proposição estabelece que o Executivo e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica deverão compatibilizar e atualizar a relação de cadastrados que atendam aos critérios e inscrever os automaticamente como beneficiários da TSEE [Tarifa Social]", afirma o comunicado divulgado pelo Planalto.

Pelas regras do programa, famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) com renda mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo (R\$ 550) têm direito à Tarifa Social.

Quem recebe o BPC (benefício assistencial a idosos e deficientes carentes) também pode fazer parte do programa.

Governo cria estatal para cuidar da Eletronuclear e de Itaipu

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) editou decreto de criação de uma nova empresa pública, que será responsável pela Eletronuclear e pela Itaipu Binacional. A medida, prevista na lei que viabiliza a privatização da Eletrobras, foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (13).

A ENBpar (Empresa Brasileira de Participações em

Energia Nuclear e Binacional), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem o objetivo de garantir sob o controle da União a operação de usinas nucleares, além de Itaipu.

A legislação em vigor atualmente impede a privatização desse tipo de atividade.

A privatização da Eletrobras é uma das prioridades do ministro da economia, Paulo Guedes, que ainda não con-

seguiu destravar seu plano de vender empresas públicas.

"A empresa pública será responsável também pela administração da conta corrente Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) e a gestão dos contratos de comercialização da energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Proinfra (Programa de Incentivo às Fontes Alter-

nativas de Energia Elétrica)", informou nota divulgada pelo Palácio do Planalto.

O governo reservou R\$ 4 bilhões no Orçamento de 2021 para dar início à execução do plano e criar uma estatal para reunir parte das operações da empresa após a venda.

Os recursos seriam necessários para compor a participação da União no capital da nova empresa e, segundo

técnicos que participam das discussões, poderia bancar ao menos parte das obras da usina de Angra 3, que estão paralisadas desde 2015.

A criação dessa estatal vem sendo discutida desde a saída de Salim Mattar, então secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, do governo.

Criticado pela demora nas privatizações prometidas des-

de a campanha eleitoral, ele atribuiu o fato à falta de vontade política do "establishment".

A interpretação dos técnicos é que a reorganização em uma nova empresa é mais viável do que discutir aspectos técnicos, regulatórios e políticos para transferir essas atividades para entes privados. Para eles, isso poderia atrapalhar ainda mais a privatização da Eletrobras.

WS INDUSTRIAS S/A
CNPJ/MF nº 15.725.943/0001-59
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Nos termos do Art. 123, Parágrafo Único, alínea "b" da Lei nº 6.404/1976, convidam-se os senhores acionistas da WS INDUSTRIAS S/A a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se no HOTEL RIVIERA, nesta cidade de Araçatuba-SP, à Av Brasília, nº 1775, no dia 29 de Setembro de 2021 às 19:30 horas em primeira convocação e 20:00 horas em segunda e última convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Destituição da atual Diretoria. b) Eleição da nova Diretoria. c) Outros assuntos de interesse da sociedade. Araçatuba-SP, 10 de setembro de 2021. Heloisa Maria Spironelli Silva. K-14e1909

MITSUI & CO. (BRASIL) S.A.
CNPJ/MF 61.139.697/0001-70 - NIRE 35.300.172-108
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária - Em 18/08/2021, às 10h na Sede Social. Mesa Diretora: Presidente - Yuki Kodera; Secretário - Koji Nonomura. Deliberação: Aprovada a indicação do Sr. Manabu Kume, passaporte japonês TS1060908, expedido em 22.06.2018, para ocupar futuramente o cargo de Diretor Supervisor, devendo sua eleição ser efetuada oportunamente. A efetivação dar-se-á por deliberação a ser adotada pela respectiva Assembleia Geral dos Acionistas a ser convocada para este fim, após a legalização de sua permanência no país. SP, 18/08/2021. Yuki Kodera, Presidente e Koji Nonomura, Secretário. JUCESP - 407.402/21-4 em 25/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMUNICADO PÚBLICO
A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Local, que uma ruptura de cabo óptico impediu a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários das localidades de Franca e Orlandia - SP no dia 09/09/2021, a partir das 21h18 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 06h45 (horário de Brasília) do dia 10/09/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública N.º 015/2021
Proc. Adm. Nº 697/2021
Objeto: Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para Serviços de Corte e Estabilização de Talude localizado no Morro do Vacanga - Estrada Tenente Marques, s/n - Chácara Solar II - Santana de Parnaíba - S.P., em atendimento à Secretária Municipal de Obras.
Do Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 14/09/2021, na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1283, 2º andar - Votuparim - Santana de Parnaíba/SP ou por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, "Licitações".
Data de Abertura: 15/10/2021, às 09h00min.
Santana de Parnaíba, 13 de setembro de 2021.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

seminariosfolha Acesse o site folha.com/seminariosfolha ★★